



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

## CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO CEARÁ - CONCIDADES/CE ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 LOCAL, DATA E HORA: Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria do Planejamento e  
2 Gestão do Estado do Ceará - Seplag, localizada no 3º andar do Ed. Seplag, situado à Av.  
3 Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambeba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará;  
4 Ao décimo oitavo dia do mês de agosto, do ano de dois mil e quatorze, às 09:00h, com a  
5 presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das Cidades do  
6 Ceará - ConCidades/CE, sob a presidência do Secretário Adjunto das Cidades e Vice-  
7 Presidente do ConCidades/CE, Exmo. Sr. Mário Fracalossi Júnior. PAUTA: 1). Abertura,  
8 Informes e Aprovação: Pauta; Ata da 18ª Reunião; 2) Apresentação do Programa de  
9 Formação de Conselheiros - EGP; 3) Apresentação e debate dos temas dos Comitês  
10 Técnicos; 4) Votação sobre a extinção do Fundo de Desenvolvimento e Integração da  
11 Região Metropolitana do Cariri - FDMC; e Fundo de Desenvolvimento da Região  
12 Metropolitana de Fortaleza - FDM; 5) Apresentação do Programa Papel da Casa -  
13 COHAB; 6) Apresentação dos resultados dos Observatórios Econômicos Sociais do Ceará;  
14 7) Extinção da Central de Movimentos Populares, definição sobre a vaga de membro titular  
15 do ConCidades/CE; 8) Relato da 41ª Reunião do Conselho Nacional das Cidades; 9)  
16 Proposta de Pauta para a próxima reunião. PARTICIPANTES: Conselheiros do  
17 ConCidades, titulares e suplentes, representando os segmentos Poder Público Executivo;  
18 Poder Público Legislativo; Movimentos Sociais e Populares; Entidades de Trabalhadores;  
19 Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Organizações Não Governamentais,  
20 além de convidados e ouvintes, conforme registrado nas respectivas listas de frequência. O  
21 Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do**  
22 **ConCidades)** deu início a reunião, saudando e agradecendo a presença de todo(a)s.  
23 Confirmada a existência de quórum, a palavra foi passada ao Sr. **Francisco das Chagas**  
24 **Lopes da Silva (Secretário Executivo do ConCidades)** para os seguintes informes: Sobre a  
25 confirmação da participação do(a)s conselheiro(a)s nas reuniões, prevista no Regimento  
26 Interno do ConCidades, relatou a enorme dificuldade da Secretaria Executiva em obtê-la e  
27 ressaltou que, somente a partir dessas confirmações é que itens como alimentação, além de  
28 passagens e hospedagens para os oriundos do interior, podiam ser providenciados. Nesse  
29 sentido, alertou os presentes de que, a partir da próxima convocação para reunião do  
30 Conselho, seria fielmente observado o previsto no Regimento Interno, em relação ao  
31 assunto, e pediu encarecidamente a cada conselheiro(a) que atentasse para seus e-mails e que  
32 comunicasse tempestivamente à Secretaria Executiva qualquer alteração, tanto nos e-mails,  
33 como nos telefones de contato. Sobre as reuniões com a Coordenaria Executiva, que é  
34 quem define pauta do Conselho, informou que as reuniões vinham ocorrendo  
35 normalmente nos intervalos entre as reuniões do Conselho, ocasião em que eram  
36 verificados os encaminhamentos feitos da reunião anterior, buscando dar-lhes sequência,  
37 para que o ConCidades realmente funcionasse como definido pelos conselheiros e tivesse  
38 força e representatividade naquilo que ficara decidido, naquilo que ele encaminhara.



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

39 Exortou todos os conselheiros a tomarem para si aquele Conselho e garantirem, assim, sua  
40 funcionalidade. Informou, também, que na última reunião da Coordenação Executiva, da  
41 qual participa o Sr. Jacinto, de Maracanaú, que é uma pessoa com deficiência física, o  
42 mesmo registrou não haver conseguido vaga para estacionar o carro, de vez que todas  
43 aquelas destinadas àquele público encontravam-se ocupadas. Nesse sentido, o ConCidades  
44 havia dirigido ofício ao Secretário do Planejamento, pedindo-lhe que tomasse as  
45 providências necessárias para que as vagas destinadas a pessoas com deficiência física fossem  
46 disponibilizadas exclusivamente para esse fim e sugerindo-lhe que fizesse uma campanha de  
47 conscientização, junto aos servidores do Centro Administrativo. Sobre o Pacto de  
48 Desenvolvimento Urbano, que envolve o Conselho de Altos Estudos da Assembleia, a  
49 Secretaria das Cidades, a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará-Aprece e outras  
50 entidades, informou que na última reunião do Conselho foi sugerida a criação de um grupo  
51 de trabalho para acompanhar os trabalhos do Pacto. Contudo, pela dificuldade em criar um  
52 novo grupo, a própria Coordenação Executiva assumira esse trabalho, mas tendo em vista a  
53 dificuldade que se estava tendo para reunir a própria Coordenação Executiva, em razão de  
54 seus integrantes estarem envolvidos em atividades que não podiam deixar de lado para  
55 virem para essas reuniões, estava-se tentando fazer o melhor possível, no sentido de que um  
56 ou outro comparecesse para acompanhar e discutir pauta. Sobre o Comitê de Transporte e  
57 Mobilidade, informou que a partir do recebimento de uma série de demandas geradas pelos  
58 encaminhamentos tirados em reunião daquele Comitê, a Secretaria Executiva já expedira  
59 um ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, solicitando  
60 informações sobre as obras da BR, na altura de Aracati; outro ofício aos municípios com  
61 acima de 20 mil habitantes e/ou turísticos, alertando sobre a importância da elaboração do  
62 plano de mobilidade; outro ao Ministério das Cidades também solicitando informações  
63 sobre o tema e consultando se a Secretaria Nacional de Transporte tinha condições de fazer  
64 um seminário sobre o programa de mobilidade. Sobre este último, comunicou que o  
65 Ministério já havia respondido confirmando que poderia fazer um seminário para discutir a  
66 política de mobilidade urbana no dia 13 de novembro, aqui no Ceará. Outro informe foi  
67 em relação à formação dos Conselhos Municipais. Nesse sentido, registrou que alguns  
68 municípios estavam realizando fóruns para discutir a criação dos seus Conselhos das  
69 Cidades, como o de Paracuru, que realizou um Fórum para o qual a Secretaria Executiva do  
70 ConCidades foi convidada a participar e contribuir. Ressaltou que o debate foi excelente e  
71 que contou com a expressiva participação da Sociedade Civil e do Poder Público municipal,  
72 e que fora informado a todos, naquela ocasião, que o projeto de lei já estava na  
73 Procuradoria do município, para subsequente encaminhamento à aprovação da Câmara.  
74 Sobre a Capacitação dos conselheiros do ConCidades, comunicou que a Escola de Gestão  
75 Pública encontrava-se ali presente, nas pessoas das professoras Lena e Flávia, que  
76 apresentariam, em seguida, o Programa de Capacitação para os conselheiros, cuja primeira  
77 etapa de execução aconteceria nos dois dias e meio subsequentes àquela 19ª reunião do  
78 ConCidades. O Sr. **Mário Fracalossi** aproveitou para enfatizar, relativamente ao programa  
79 de formação de conselheiros, que no início de 2014, por ocasião da elaboração do  
80 planejamento estratégico, esse tópico fora destacado como um ponto importante para



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

81 qualificar o debate do Conselho, e que seria muito importante as pessoas entenderem,  
82 principalmente, como funcionava a máquina pública e os instrumentos de planejamento.  
83 Acrescentou que essa ação era importante para que as pessoas estivessem niveladas por  
84 cima, e não por baixo. Finalizou dizendo que, a princípio, a idéia era de realizar cursos de  
85 curta duração – 16 a 20 horas, nos dias subsequentes ao da reunião ordinária do  
86 ConCidades, propiciando uma economia de escala de tempo e de recursos. Assim,  
87 completou, naquela semana o programa seria iniciado com o curso de gestão de  
88 planejamento. Em seguida, passou a palavra para a Sra. **Maria Gorete Fernandes,**  
89 **conselheira suplente (Conam),** que questionou se existiria a possibilidade de nessas  
90 capacitações, nos municípios que já tivessem seu Conselho das Cidades, garantir a  
91 participação de dois, um do movimento e outro da própria prefeitura, como forma de  
92 ganhar tempo e recursos para já se ir capacitando conselheiros nos municípios sobre a  
93 questão da cidade, principalmente no município onde não há conselheiro estadual, mas  
94 onde já existe o Conselho das Cidades. Em resposta, o Sr. **Mário Fracalossi** disse que  
95 aquela proposição poderia ser vista nas próximas reuniões, porque a proposta original era  
96 de capacitar os conselheiros. Em seguida, em observância à pauta da reunião, pediu que  
97 antes da apresentação da Escola de Gestão fosse a Pauta submetida à aprovação dos  
98 presentes. Nesse sentido, perguntou se algum(a) conselheiro(a) queria se manifestar ou fazer  
99 algum comentário sobre a pauta. Como não houve qualquer manifestação, a Pauta foi dada  
100 como aprovada. Dando sequência à pauta, passou à aprovação da Ata da 18ª Reunião  
101 Ordinária do ConCidades, informando que quem tivesse algum comentário ou emenda, ou  
102 quisesse fazer destaque, poderia citar a linha e que seria colocada em votação a alteração.  
103 Manifestou-se, primeiramente, sobre a Ata, o Sr. **José Airtton Silva, conselheiro suplente**  
104 **(Faita),** pediu que fosse suprimida a expressão “questionou se a validade da DAP seria a de  
105 seis anos”, das linhas 86 e 87, de vez que não o havia questionado, mas, sim – afirmado,  
106 conforme registrado na linha 83 da Ata. Em seguida, manifestou-se o Sr. **Carlos Josué de**  
107 **Assis, conselheiro titular (AGB),** que relativamente à Pauta, no que dizia respeito à  
108 votação sobre a extinção do Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região  
109 Metropolitana do Cariri-FDMC e o Fundo de Desenvolvimento Municipal-FDM, sugeria  
110 que a votação se desse no lugar da apresentação e debate dos temas dos comitês técnicos,  
111 passando este último para ser abordado no início dos trabalhos da tarde. Era a proposição  
112 que colocava à apreciação de todos. Em seguida, a Sra. **Lia Parente, conselheira titular**  
113 **(Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF),** registrou que na Ata não constava a sua  
114 manifestação contrária à extinção do Fundo. Já o Sr. **Antônio Sérgio Porto, conselheiro**  
115 **titular (Secovi),** sobre o pedido do companheiro da AGB, disse que constava da Ata, nas  
116 linhas 214-215, que a votação dos Fundos seria o primeiro item da pauta. O Sr. **Mário**  
117 **Fracalossi,** com relação à alteração que houvera sido feita na ordem da pauta, sobre a  
118 votação da extinção dos Fundos, disse que considerava razoável porque na última reunião,  
119 de fato, havia sido colocado que era para priorizar esse ponto na reunião seguinte.  
120 Complementou, dizendo que concordava com o representante da AGB e que, considerando  
121 que as pessoas da Escola de Gestão Pública-EGP já se encontravam prontas para iniciar sua  
122 apresentação, sugeria e submetia à aprovação de todos que a votação da extinção dos



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

123 Fundos fosse realizada logo após a apresentação da EGP, com o que todos unanimemente  
124 concordaram. Relativamente à Ata, informou que as alterações seriam devidamente  
125 realizadas, conforme solicitado. A Sra. **Anatalice Cavalcante, conselheira suplente**  
126 **(Cedeca, de Itaitinga)**, pediu a palavra para agradecer aos integrantes da Secretaria  
127 Executiva pelo envio antecipado do material – Ata e Pauta – por e-mail e sugeriu que os  
128 conselheiros, após sua leitura, enviassem previamente as demandas de modificações por e-  
129 mail, o que agilizaria, em muito, os trabalhos durante as reuniões. O Sr. **Mário Fracalossi**  
130 acatou a sugestão, ou seja, que os conselheiros, tão logo recebessem a Ata e a Pauta, caso  
131 lhes fosse possível, se manifestassem previamente à reunião. Em seguida, convidou a  
132 Professora Filomena Maria Lobo Neiva Santos – Lena Neiva, Diretora da Escola de Gestão  
133 Pública – EGP, para dar início a sua apresentação. A professora **Lena Neiva (Diretora da**  
134 **EGP)**, após cumprimentar os presentes, apresentou-lhes a EGP e fez uma relação entre a  
135 razão de existir daquela escola e a de ela estar ali. No decurso de sua exposição, apresentou  
136 o programa de capacitação para os conselheiros, contemplando quatro cursos – Noções de  
137 Orçamento Público e suas Implicações no Cotidiano; Capacitação em Celebração,  
138 Execução e Prestações de Contas; Lei de Acesso à Informação; e Gestão de Contratos,  
139 Convênios e Instrumentos Congêneres –, ressaltando que aquela proposta fora pensada  
140 conjuntamente pela Secretaria das Cidades e a Escola de Gestão. Ao final da apresentação,  
141 manifestou-se o Sr. **Jacinto Araújo da Silva, conselheiro suplente (Acobeja)**, que  
142 questionou sobre se havia acessibilidade na EGP, tendo a Sra. **Lena Neiva** respondido que  
143 na reforma da Escola, já em fase de finalização, a acessibilidade estava contemplada, e  
144 formulado convite ao Sr. Jacinto para visitá-los, com seu olhar mais crítico, antes que a  
145 reforma fosse completamente concluída. O Sr. Jacinto, como representante do Conselho  
146 Estadual da Pessoa com Deficiência, agradeceu e manifestou agrado em participar. Em  
147 seguida, a Sra. **Olinda Marques, conselheira suplente (Prefeitura Municipal de**  
148 **Fortaleza-PMF)**, relativamente aos cursos apresentados, perguntou se eram independentes  
149 entre si, ou seja, se poder-se-ia optar pelo segundo e não, obrigatoriamente, pelo primeiro.  
150 Já o Sr. **Valdo Mesquita, conselheiro suplente (Secretaria de Turismo)**, perguntou se a  
151 EGP já tinha curso noturno, pois alguns conselheiros eram gestores e, nessa condição, seria  
152 impossível ficarem ausentes, durante o dia, de suas atividades laborais, fosse por três dias ou  
153 até uma semana. Relativamente às indagações feitas, a Sra. **Lena Neiva** respondeu,  
154 primeiramente, que um curso não era pré-requisito para o outro e quem definia a ordem era  
155 o órgão demandante. Quanto à questão do horário, esclareceu que, como instituição do  
156 Poder Executivo Estadual da administração direta, o horário da Escola era o horário de  
157 expediente. No caso do servidor público estadual, quando vem para a Escola de Gestão, ele  
158 vem pedindo licença ao seu gestor maior, para poder receber a formação no horário de  
159 trabalho. Após esses esclarecimentos, o Sr. **Clausens Roberto, conselheiro suplente**  
160 **(Sinduscon)**, congratulou-se com aquela iniciativa, por considerar que a capacitação  
161 contínua dos colaboradores estava diretamente relacionada à maior eficiência das  
162 instituições, fossem públicas ou privadas. Nesse sentido, após falar da existência de uma  
163 Fundação, antes denominada INDG, atualmente FALCONI Consultores de Resultados,  
164 que era uma instituição de excelência, reconhecida internacionalmente, com vários estados



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

165 trabalhando com ela já há bastante tempo e com resultados exitosos, disse que acreditava  
166 válido, como proposta de melhoria, sugerir um convênio com aquela instituição. Sobre  
167 isso, a Sra. **Lena Neiva** disse que a EGP estava atenta para essas instituições de referência.  
168 No caso da instituição em questão, a EGP já havia estabelecido contato e, inclusive,  
169 solicitado proposta. Em seguida, citou parcerias de grande referência nacional e  
170 internacional já feitas, a partir das quais alguns programas já se encontravam em curso, e  
171 finalizou agradecendo ao Sr. Clausens a informação. Manifestou-se, também, o Sr. **Carlos**  
172 **Alberto Félix Nogueira Lima, conselheiro titular (Fecomp)**, para questionar se a Escola  
173 era independente, em relação aos gestores do governo; se existia algum indicativo de  
174 doutrinação política ideológica; e se, mesmo considerando a dependência do Poder  
175 Executivo, mencionada anteriormente, a escola se preocupava unicamente com a formação  
176 técnico profissional. Sobre isto, a Sra. **Lena Neiva** disse que a EGP era um órgão do Poder  
177 Executivo, assim como todas as escolas de educação básica, como todas as universidades, as  
178 instituições de ensino superior, as universidades estaduais, Universidade Vale do Acaraú-  
179 UVA, Universidade Regional do Cariri-Urca; que trabalhava com educação corporativa,  
180 ou seja, com o desenvolvimento das competências dos servidores, de quem trabalhava com  
181 políticas públicas alinhadas aos objetivos estratégicos de governo. Assim, a EGP tinha como  
182 missão desenvolver o processo educacional em gestão pública, por exemplo, se estivesse  
183 trabalhando com gestão de resultado, gestão de competência, teria que discutir, trabalhar e  
184 proporcionar o desenvolvimento do servidor com essa fundamentação. Assim, desenvolvia  
185 competências do servidor, para que ele executasse melhor as políticas públicas que eram  
186 entregues à população. Na sequência, o Sr. **Mário Fracalossi** agradeceu, em muito, a  
187 participação da Professora Filomena (Lena Neiva), não sem antes destacar a parceria que a  
188 Secretaria das Cidades vinha fazendo, nos últimos anos, com a Escola de Gestão, a  
189 prontidão e, principalmente, a delicadeza com que sempre tinham sido recebidos por aquela  
190 Escola, o atendimento dos pleitos, feitos com inequívoca competência e sempre  
191 surpreendendo nos seus resultados, o que era facilmente observado nas avaliações dos  
192 eventos, cursos, seminários, enfim, em todo o processo de formação dos servidores. A Sra.  
193 **Lena Neiva**, finalizando, agradeceu ao Secretário Adjunto, Mário Fracalossi Júnior,  
194 destacando-o como um dos gestores do Estado que tem, desde a concepção da EGP, dado  
195 apoio e valorizado a EGP, deixando sua marca no conhecimento, nas ideias e no crédito  
196 que sempre nos deu. Dando sequência à reunião, o Sr. **Mário Fracalossi** avançou ao ponto  
197 que houvera sido alterado na pauta, que era a votação sobre a extinção do Fundo de  
198 Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri- FDMC e do Fundo de  
199 Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM. Após fazer um breve  
200 resumo do que houvera ocorrido na última reunião, lembrando que ao final da mesma se  
201 consensuara que na reunião subsequente não haveria mais o debate sobre aquele tema, em  
202 razão de que o mesmo já havia tido lugar naquela reunião, e que para dar o próximo passo,  
203 que seria o encaminhamento daquela matéria à Assembleia Legislativa, necessitava-se que a  
204 matéria fosse votada no ConCidades, colocava em regime de votação a extinção do Fundo  
205 de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri - FDMC e do Fundo  
206 de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM. Após manifestados,



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

207 ainda, alguns posicionamentos a respeito dos dois Fundos, a matéria foi finalmente  
208 colocada em votação, o Sr. **Mário Fracalossi** lembrou a todos que a manifestação do voto  
209 cabia, tão somente, aos conselheiros TITULARES, devendo o Suplente se manifestar  
210 somente no caso da ausência do seu titular. Foram identificados pela Sra. **Samia Karininy**  
211 **Moura (Técnica da Secretaria Executiva do ConCidades)** os seguintes conselheiros  
212 titulares presentes - **Ciro Régis/Seinfra**; **Verônica/Conpam**; **José Lino/Defensoria**;  
213 **Elaine/Aprece**; **Lia/Prefeitura de Fortaleza**; **João Augusto/UVC**; **Antônia Erivânia/CMP**  
214 (o movimento não existe mais); **Ana Virgínia/MLB**; **Hércules/UNMP**; **Natanael**  
215 **Alves/FBFF**; **Carlos Alberto/**; **Cícero Ricardo/**; **José da Silva Sousa/**; **Francisco Erivaldo**  
216 **Gomes/AAMAP**; **Luis Carlos/Fetraece**; **José Valter/Fetamce**; **Antônio Sérgio**  
217 **Porto/Secovi**; **Djalma Magalhães/SindSal**; **Clarissa Figueiredo/UFC**; **Carlos Josué/AGB**;  
218 **Firmiana/Urca**; **Teresa Hilda/Cearah Periferia**; **Pedro Nascimento Magalhães/ASBEG**. Em  
219 seguida, foram identificados pela Sra. **Sâmia** os seguintes conselheiros suplentes:  
220 **Arnaldo/Seplag**; **José Valdo/Setur**; **Galba/Cede**, e o suplente do **José Valter**  
221 **Alves/Fetamce**. O Sr. **Mário Fracalossi** solicitou que fosse informado quantos votos  
222 seriam, ao todo, tendo-lhe sido informado que o número total era de vinte e quatro (24)  
223 votos. Em seguida, o Vice Presidente do ConCidades propôs, e todos concordaram, que o  
224 regime de votação fosse feito separadamente, por serem dois fundos, duas características,  
225 duas regiões diferentes. Colocada, inicialmente, em regime de votação, a extinção do Fundo  
226 de Desenvolvimento Urbano Integração da Região Metropolitana do Cariri-FDMC, o  
227 resultado obtido foi de seis (06) votos pela extinção e dezoito (18) votos pela manutenção.  
228 Assim, o ConCidades decidiu pela manutenção do Fundo de Desenvolvimento Integração  
229 da Região Metropolitana do Cariri - FDMC. Na sequência, foi colocada em regime de  
230 votação a extinção do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza -  
231 FDM, computando-se um total de seis (06) votos pela extinção; quinze (15) votos pela  
232 manutenção e três (03) abstenções. Desta feita, o ConCidades decidiu também pela  
233 manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza-FDM.  
234 Em relação ao encaminhamento feito pelo Sr. **Cyro Régis, conselheiro titular (Seinfra)**,  
235 quando se posicionou sobre os Fundos, de que se fizesse um trabalho no sentido de se  
236 dinamizar o Conselho da Região Metropolitana, para que, dessa forma, ele naturalmente  
237 fosse buscar o seu gancho de apoio, que seria o Fundo de Desenvolvimento das Regiões  
238 Metropolitanas, de Fortaleza e do Cariri, o Sr. **Mário Fracalossi** propôs, considerando a  
239 relevância daquelas duas matérias, que o Conselho saísse com uma resolução dos Fundos,  
240 contemplando, inclusive, os considerandos baseados nas falas que antecederam a votação.  
241 Acatada a sua sugestão, informou que a Secretaria Executiva elaboraria, em seguida, as  
242 Resoluções, as quais seriam submetidas à apreciação de todos, ainda naquela reunião. O Sr.  
243 **José Airton, conselheiro suplente (Faita)**, sugeriu que fossem chamados os prefeitos de  
244 cada uma das regiões envolvidas para se manifestarem sobre esse assunto que é pertinente às  
245 prefeituras dos municípios envolvidos e que isso fosse encaminhado o mais rápido possível.  
246 A Sra. **Ana Virgínia Ferreira, conselheira titular (MLB)**, após dar bom dia a todos, disse  
247 que infelizmente não estava na discussão do fundo, na reunião passada, porque teve que sair  
248 mais cedo. Mas queria levantar duas ponderações. A primeira é que queria corroborar com



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

249 algumas coisas que a Gorete havia falado, sobre a tentativa, já em curso, de criar um fundo  
250 dentro do ConCidades para discutir o bloco como um todo, não só aquelas questões  
251 compartimentadas. Mas se preocupava, por outro lado, com o fato de o conselho estar  
252 legitimando a extinção dos fundos. Confessava que era da ignorância do fundo, porque  
253 realmente ela mesma não sabia. Disse que também gostaria de saber por que nunca fora  
254 colocado dinheiro nesse fundo. E em quais questões ele fora fundado. Porque realmente ele  
255 não havia sido criado de uma forma aleatória, à revelia. Ele fora criado naquele momento  
256 que ela desconhecia, por algumas razões. Registrou que queria colocar aquela preocupação.  
257 Acrescentou, ainda, “gostaria também de colocar essa outra questão, que é nós pensarmos  
258 esse fundo, que nós possamos discutir outras políticas de desenvolvimento, como foi  
259 colocado, que não seja tanto a habitacional como na política do desenvolvimento dos lixões  
260 e de outras questões e não estejam totalmente vinculadas nesse projeto que foi colocado,  
261 que foi apresentado. Porque eu me preocupo em alguns aspectos. E já foi discutido aqui em  
262 algumas questões. Pegando pela questão da habitação, moradia. Existe apenas um Programa  
263 “Minha Casa, Minha Vida” para toda uma população que nós sabemos que são populações  
264 que têm suas peculiaridades, têm suas questões. E nós aqui, dentro do conselho, também  
265 temos que pensar políticas para essa população que não é atendida pelo “Minha Casa,  
266 Minha Vida.” Porque hoje já foi colocadas questões de desastres. Se acontecer um desastre  
267 hoje, com certeza não tem uma instituição, não tem um abrigo, não tem aluguel social!  
268 Nós fizemos isso, recentemente, na desocupação do Alto da Paz, que não existia um abrigo,  
269 não existia nada para aquelas pessoas. Então nós também temos que pensar em criar um  
270 fundo que possa atender essas demandas que não estão dentro desse bloco que foi  
271 colocado, e dessa política que está pensada em nível nacional. Que de um lado ela tem suas  
272 qualidades, mas nós sabemos que tudo também tem suas deficiências e as suas insuficiências,  
273 e colocar dentro dessa questão. Eu queria corroborar com essa questão para que o conselho  
274 também não fique legitimando essas questões: ‘ah! passou no conselho!’ E depois isso pode  
275 causar um ônus até para os próprios conselheiros que estão aqui, votando sem ter sido  
276 aquilo o que realmente se trata. Então é isso que eu queria colocar. Muito obrigada.” O Sr.  
277 **Luiz Carlos Ribeiro, conselheiro titular (Fetraece)**, sugeriu que fosse estabelecido um  
278 prazo, ao final do qual se reavaliaria a atuação dos Fundos, porque o seu funcionamento  
279 dependia de outros atores que estavam lá e que não ali naquela Mesa. Se ao final do prazo  
280 que viesse a ser estipulado fosse verificado que nada havia funcionado, aí, então, o  
281 ConCidades se reposicionaria sobre a extinção. A Sra. **Elaine Paiva, conselheira titular**  
282 **(Aprece)**, se posicionou dizendo que aquilo era um desafio que se colocava para aquele  
283 Conselho, cujo papel era comentar, discutir e ser vigilantes naquela questão, fazendo com  
284 que o Governo do Estado, a Aprece e as próprias regiões metropolitanas a colocassem na  
285 ordem do dia. O Sr. **Hércules Lopes, conselheiro titular (UNMP)**, acrescentou à sugestão  
286 do Sr. José Airton, que não só os prefeitos dos municípios, mas os conselhos gestores  
287 daqueles Fundos também deveriam ser chamados para trazer-nos esclarecimentos do sim ou  
288 do não funcionamento dos fundos, para que pudéssemos, assim, nos debruçar na discussão e  
289 tirar encaminhamentos futuros. A Sra. **Olinda Marques (PMF)**, pediu a palavra para  
290 convidar os conselheiros a se fazerem presentes, no dia seguinte, à cerimônia de assinatura



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

291 de uma ordem de serviço, para construção de cinco mil unidades habitacionais do Minha  
292 Casa, Minha Vida para Fortaleza, já no limite com a Região Metropolitana, principalmente  
293 Município de Maracanaú. O nome do empreendimento chamava-se Alameda das Palmeiras,  
294 evento no qual também estava pautada uma ação de discussão na Câmara de Habitação do  
295 Ministério das Cidades. Após o intervalo reservado ao almoço dos conselheiros, o Sr.  
296 **Mário Fracalossi** retomou a pauta, passando aos informes dos Comitês, iniciando com a  
297 apresentação do Comitê de Habitação, coordenado por Flávio Jucá. O Sr. **Flávio Jucá**  
298 **(Coordenador de Habitação da Secretaria das Cidades)**, sobre a folha de informes,  
299 contendo o resumo do Minha Casa Minha Vida, distribuída previamente a todos os  
300 participantes, esclareceu que as informações ali contidas estavam atualizadas até 31 de julho  
301 e que, doravante, aquele quadro seria sistematicamente atualizado e distribuído a todos ao  
302 início de cada reunião. Após haver comentado cada um dos pontos ali contemplados,  
303 prestou todos os esclarecimentos solicitados, complementando informações, sempre que  
304 necessário, tudo concorrendo para o bom entendimento do quanto ali estava contido.  
305 Como os diálogos e contribuições se alongaram e considerando o avançado da hora, o Sr.  
306 **Mário Fracalossi** lembrou que havia uma pauta a ser cumprida e ressaltou que a partir  
307 daquela reunião seriam sempre expostos, de forma bem visível, dois banners, um  
308 contemplando a Missão e a Visão de Futuro do ConCidades e outro lembrando o Acordo  
309 de Convivência, que haviam sido elaborados conjuntamente por todos os conselheiros, no  
310 Planejamento Estratégico. Ressaltou que um dos pontos colocados no acordo de  
311 convivência, durante as reuniões, era focar o essencial, com objetividade, transparência,  
312 para não se estender demais naqueles aspectos que todos já sabiam. Assim, exortou os  
313 participantes a objetivarem suas falas, para que todos pudessem participar e contribuir.  
314 Acrescentou, ainda, a sugestão de que aqueles que tivessem sugestões e/ou reclamações para  
315 encaminhamento, relacionadas à melhoria do programa MCMV, que as encaminhassem  
316 diretamente àquele Comitê de Habitação, na pessoa do Sr. Flávio Jucá, e que as discussões  
317 fossem feitas no âmbito do Comitê e as respostas levadas ao Conselho. Dando seguimento à  
318 pauta, convidou o Sr. Eldair Cunha, representante da Cohab-Ce, para fazer a apresentação  
319 do Programa Papel da Casa. O Sr. **Eldair Cunha (Assessor da Liquidante da Cohab-Ce)**,  
320 após saudar os presentes, apresentou e comentou, passo a passo, complementando com  
321 números e outras informações adicionais, a cartilha "O Papel da Casa", elaborada  
322 especialmente para explicar como os mutuários beneficiados com imóveis construídos pela  
323 Companhia de Habitação do Ceará - COHAB, através do Sistema Financeiro da Habitação  
324 - SFH, podem acessar a Regularização Fundiária de suas casas. Finda a apresentação,  
325 manifestaram-se alguns conselheiros. A Sra. **Antônia Luzanira Lima, conselheira suplente**  
326 **(Fosmut)**, perguntou se aquele projeto era só para Capital ou se iria contemplar também o  
327 interior, tendo o Sr. Eldair respondido que a primeira parceria fora feita com a Prefeitura  
328 de Fortaleza, tendo havido contatos com outras prefeituras, mas sem êxito na conclusão do  
329 acordo e do termo de compromisso, mas deixou claro que era extensivo a todos os  
330 municípios, até porque tinham imóveis em 84 municípios do Estado. A Sra. **Gorete**  
331 **Fernandes, conselheira suplente (Conam)**, perguntou se seria possível encaminhar ao  
332 Conselho a relação dos municípios que tiveram trabalho com a COHAB, tanto de mutirão



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

333 como de venda, inclusive com as quantidades e nome do conjunto. O Sr. **Antônio Moura**  
334 **Câmara, conselheiro suplente (CDL- Maracanaú)**, após comentar sobre o imposto  
335 cobrado pra regularização de imóveis, em Maracanaú-Ce, relatou que na última reunião do  
336 ConCidades de Maracanaú foi assinado um documento solicitando ao atual Prefeito a  
337 isenção daquele imposto, em razão de estar sendo feita a regularização de 12.502 imóveis em  
338 Maracanaú, destacando que naquele município não há 10% de imóveis que sejam  
339 regularizados. O Sr. **José Airton Silva, conselheiro suplente (Faita)**, para melhor  
340 direcionar o encaminhamento, solicitou que a relação demandada fosse disponibilizada pela  
341 Cohab ao ConCidades até a sua próxima reunião, para que os conselheiros tivessem  
342 condição de deliberar algo sobre o assunto na próxima reunião. Em seguida, o Sr. **Carlos**  
343 **Josué de Assis, conselheiro suplente (AGB)**, perguntou como estava o diálogo da Cohab-  
344 CE com a Prefeitura de Maracanaú, se estava havendo esse diálogo, de vez que havia  
345 muitos conjuntos habitacionais - Jereissati I, II e III, Piratininga, etc. E que se não houvesse  
346 esse diálogo, a informalidade iria perdurar em Maracanaú. O Sr. **Eldair Cunha (Cohab-Ce)**  
347 respondeu que o diálogo era sempre o melhor possível, partindo da COHAB, que era um  
348 trabalho meramente técnico. E acrescentou que faltava, exatamente, o interesse dos  
349 dirigentes municipais, porque o Estado do Ceará, através da COHAB, já conseguira o  
350 marco maior que seriam as pendências de saldo residual junto à Caixa Econômica e a  
351 EMGEA, e que também conseguira um redutor de mais de 70% com os cartórios de  
352 registro de imóveis. Relativamente ao assunto, o Sr. **Mário Fracalossi** colocou que o  
353 Conselho das Cidades e a Secretaria das Cidades achavam que poderiam ajudar naquele  
354 processo, com relação aos municípios. Em relação à tratativa com os cartórios de cada  
355 município, precisava que fosse informado qual o procedimento a ser adotado. Mas que,  
356 relativamente ao contato com os municípios, se tivesse a minuta dos projetos de lei que foi  
357 encaminhada para a Prefeitura de Fortaleza, poderia ser repassado, o mesmo modelo para  
358 todos os municípios. O secretário encaminharia e isto já fica como encaminhamento, na  
359 presente reunião. Acrescentou que havia representantes da União dos Vereadores no  
360 ConCidades e que poder-se-ia também fazer uma articulação com a União dos Vereadores,  
361 para ajudar nesse processo. Finalizou dizendo que talvez não conseguissem atender a todos,  
362 mas era possível conseguir atender uma parte daquele universo. O Sr. **Francisco Erivaldo**  
363 **Gomes de Oliveira, conselheiro suplente (AAMAP)**, aproveitou a oportunidade para  
364 informar sobre o caso dos que eram remanescentes da Pavuna Velha, que foram expulsos da  
365 beira do Açude do Gavião e construíram uma comunidade, hoje Pavuna Nova, que teve  
366 uma expansão demográfica fora do comum, que já estavam lá há 25 anos e ainda não  
367 tinham a posse do terreno. Aquela comunidade já era de quase 3.000 habitantes e ainda não  
368 tinham o título da terra, até aquela data. O Sr. **Eldair Cunha (Cohab-Ce)**: disse que aquela  
369 era uma informação ou denúncia, até para um fórum ideal. E acrescentou que a COHAB ia  
370 se restringir a fazer a conclusão do que ela havia iniciado. O Sr. **José Lino Fonteles da**  
371 **Silveira, conselheiro titular (Defensoria Pública)**, pediu a palavra para externar que o  
372 processo da COHAB, de que o Sr. Eldair havia falado, ele acompanhara desde o início do  
373 processo de regularização. E acrescentou que queria homenagear o Sr. Eldair pelo trabalho  
374 que vinha desenvolvendo dentro da COHAB, juntamente com a Sra. Vilani que era a



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

375 liquidante atual. Tratava-se de um trabalho louvável que não se encontrava em qualquer  
376 lugar e, nesse sentido, pedia uma salva de palmas do Conselho a ambos. O Sr. **Eldair**  
377 **Cunha (Cohab-Ce)**, após agradecer a homenagem, complementou informando que, em  
378 termos de mutirão, já se encontravam aprovados dois projetos, que eram o Curió e o São  
379 Bernardo, e estavam no ponto de serem encaminhados ao cartório para o registro. O Sr.  
380 **Anderson Rafael Nunes, conselheiro suplente (Aprece)**, registrou que Maracanaú  
381 houvera solicitado a implantação daquele programa no município, que eram mais de 12.000  
382 unidades habitacionais da COHAB que estavam disponíveis, encontrando-se na  
383 possibilidade de ser contemplado. Ressaltou, ainda, que a Cohab foi sempre super solícita.  
384 Por fim, informou que o Presidente do Conselho Habitacional, em Maracanaú, na reunião  
385 do dia 12 de agosto, aprovara uma nova Resolução, recomendando a realização do termo de  
386 cooperação. Nesse sentido, aproveitava a oportunidade para solicitar que o ConCidades-CE  
387 encaminhasse um ofício ou um documento ou aprovasse uma Resolução de Recomendação  
388 para que a Secretaria do Planejamento e Gestão fosse mais solícita no atendimento dos  
389 demais municípios, e não somente do município de Fortaleza. O Sr. **Mário Fracalossi**  
390 agradeceu a participação do Sr. Eldair e a enriquecedora apresentação que fizera para aquele  
391 Conselho e também parabenizou o esforço que a equipe da COHAB vinha fazendo para  
392 promover a regularização dos imóveis, anseio das famílias que há muito tempo haviam  
393 adquirido seus imóveis. Após pedir ao Sr. Eldair que estendesse também aquele  
394 agradecimento para a Dra. Vilani, que atendera de pronto a solicitação da Secretaria das  
395 Cidades, permitindo, assim, que aquela apresentação acontecesse, avançou para o próximo  
396 ponto da pauta, ou seja, a Apresentação dos Resultados dos Observatórios Econômicos  
397 Sociais do Ceará, projeto que estava sendo desenvolvido na Secretaria das Cidades, em  
398 parceria com Instituições de Ensino Superior. Em seguida, convidou o Sr. **Pedro**  
399 **Capibaribe (Orientador de Célula, da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, da**  
400 **Secretaria das Cidades)**, responsável pela apresentação, para dar-lhe início. (Apresentação  
401 de slides). Finda a apresentação, o Sr. **Mário Fracalossi** informou que aquela apresentação e  
402 também o endereço dos observatórios e das instituições ficariam disponibilizados para  
403 quem quisesse acessá-los, porque, doravante, eles ficariam sendo retroalimentados pelas  
404 instituições de ensino. Questionado pelo Sr. **Carlos Alberto Félix, conselheiro titular**  
405 **(Fecomp)**, sobre se existia alguma previsão para o projeto chegar ao restante do Estado do  
406 Ceará, especialmente ao médio Jaguaribe e ao litoral, o Sr. **Pedro Capibaribe** respondeu  
407 que a intenção era cobrir todo Estado do Ceará, mas os recursos disponibilizados para fazer  
408 a pesquisa foram insuficientes para atender aquela pretensão. O Sr. **Vinícius Noronha da**  
409 **Costa, conselheiro suplente (Defensoria Pública)** questionou se haveria interesse do  
410 observatório em fazer uma parceria, já que ele era econômico e social, para que pudesse ser  
411 verificado no Estado por inteiro, por exemplo, onde havia ou não saneamento básico. O Sr.  
412 **Pedro Capibaribe** respondeu que aquilo não estava no foco do observatório. Após  
413 agradecer a participação do Sr. Capibaribe, o Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das**  
414 **Cidades e Vice Presidente do ConCidades)** avançou para o próximo ponto de pauta, ou  
415 seja, a substituição da Central de Movimentos Populares. O Sr. **Francisco Lopes**  
416 **(Secretário Executivo do ConCidades)** informou que a Secretaria Executiva fora



# Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

417 comunicada pela Sra. Silene de que a CMP (Central de Movimentos Populares), em nível  
418 estadual, não mais existia. Então, o ConCidades deveria avaliar e encaminhar como se daria  
419 a solução para aquele impasse, de vez que a entidade só existia em nível nacional. Após  
420 amplo debate e tendo o Vice Presidente do ConCidades, Sr. **Mário Fracalossi**, colocado  
421 que o representante da CMP faltara àquelas reuniões e que, automaticamente, já estava fora  
422 do Conselho, necessitando ser substituído. Considerando que a informação sobre a  
423 extinção da CMP fora verbal, o Sr. **Mário Fracalossi** colocou para apreciação dos  
424 conselheiros a seguinte sugestão, que foi aprovada por unanimidade: a Secretaria publicaria  
425 um edital de convocação do(a) representante da CMP, em substituição ao conselheiro(a) até  
426 então nomeado(a) para representá-la, dando prazo até a próxima reunião do ConCidades  
427 para atender ao chamado. Não havendo a indicação no prazo estabelecido no referido  
428 edital, abrir-se-ia um outro Edital para chamamento das entidades do segmento  
429 Movimentos Populares que tivessem interesse de participar do Conselho. A Sra. **Antônia**  
430 **Luzanira Lima, conselheira suplente (Fosmut)**, interveio para registrar que estava  
431 pleiteando, perante aquele Conselho Estadual das Cidades do Ceará, assumir aquela vaga de  
432 titular, de vez que era altamente comprometida com as suas obrigações junto àquele  
433 ConCidades, não havendo faltado a nenhuma reunião. Encaminhado esse ponto de pauta, o  
434 Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das Cidades e Vice Presidente do**  
435 **ConCidades)** avançou ao próximo ponto, ou seja, o relato da 41ª Reunião do Conselho  
436 Nacional das Cidades, da qual houvera participado em Brasília-DF nos dias 23 a 26 de julho  
437 de 2014. Reportando-se ao relato que houvera sido disponibilizado dentro da pasta de cada  
438 conselheiro ali presente, o Sr. **Mário Fracalossi** destacou que foi uma experiência  
439 interessante assumir, como conselheiro, no Conselho das Cidades, até para ver a dinâmica  
440 de funcionamento daquele Conselho, para ver a forma de funcionar do Conselho Nacional,  
441 que poderia, também, ser referência para melhorar o funcionamento no nível estadual. A  
442 Sra. **Ana Virgínia Ferreira do Carmo (MLB)**, pediu a palavra para dizer: “Boa tarde. Eu  
443 sou Virgínia do MLB. Eu queria pedir desculpas porque vou me ausentar, porque nós  
444 estamos em Pré-Congresso, e até justificar a minha ausência na capacitação, porque eu sou  
445 uma das que briga por curso. Nós realizaremos o 4º Congresso Nacional do MLB em São  
446 Paulo. Eu estou em tempo de arrancar os cabelos para levar 50 pessoas a São Bernardo, que  
447 nós sabemos que não é uma tarefa fácil. Eu estou aqui, mas estou pensando em milhões de  
448 coisas que tem que ser resolvidas. Então, obrigada e boa tarde.” Após a intervenção da Sra.  
449 Ana Virgínia, o Sr. **Mário Fracalossi** voltou a comentar sobre as discussões e resoluções  
450 fruto da 41ª reunião do ConCidades nacional, ocasião em que o Sr. **Anderson Rafael,**  
451 **conselheiro suplente (Aprece)**, interveio para voltar a pedir que fosse feita pelo  
452 ConCidades/CE uma resolução de recomendação, para que a SEPLAG fosse mais solícita  
453 no atendimento dos demais municípios, e não somente do município de Fortaleza. Em  
454 meio ao amplo debate e manifestações que se sucederam, o Sr. **Carlos Alberto Félix Lima,**  
455 **conselheiro titular (Fecomp)**, interveio, solicitando uma questão de ordem, pedindo ao Sr.  
456 Mário Fracalossi que, por favor, retornasse ao ponto de pauta que havia sido interrompido  
457 pela intervenção do Sr. Anderson, não entrando no mérito da discussão, que considerava  
458 justa, mas enfatizando que tinham que avançar na pauta. Acatada a questão de ordem, o Sr.



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

459 **Mário Fracalossi** avançou ao próximo ponto, ou seja, a retomada da Apresentação e debate  
460 dos temas dos Comitês Técnicos. Inicialmente, o Sr. **Cyro Régis, coordenador do Comitê**  
461 **de Transporte e Mobilidade Urbana, conselheiro titular (Seinfra)**, situou os presentes  
462 sobre os avanços daquele Comitê, dentre os quais destacou a interação com o Ministério das  
463 Cidades, Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana - SEMOB, no sentido de  
464 realizar um seminário aqui em Fortaleza, que pudesse retratar o estágio da Lei nº12.587 de  
465 3 de janeiro de 2012, que trata das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana,  
466 pedido que foi acatado por aquele Ministério, que irá realizá-lo aqui em Fortaleza, no  
467 Conselho, no dia 13 de novembro de 2014. Feitas essas colocações pelo Sr. **Cyro Régis** e  
468 após as manifestações do plenário, que as sucederam, o Sr **Cyro** esclareceu que não havia  
469 novos encaminhamentos a acrescentar, uma vez que todas as ações já haviam sido tomadas.  
470 Em seguida, foi a vez do Comitê de Saneamento, coordenado pelo Sr. **Edmundo Olinda**  
471 **(Coordenador de Saneamento da Secretaria das Cidades)**. Após sua fala, manifestou-se o  
472 Sr. **Francisco Erivaldo Oliveira, conselheiro suplente (AAMAP)**, para expressar que sua  
473 angústia relativamente ao tratamento do meio ambiente, expressão, esta, que os catadores  
474 de materiais recicláveis não mais usavam, preferindo o linguajar do ambiente. Sobre os  
475 gargalos que existem, dirigiu-se ao Secretário Adjunto das Cidades, Sr. **Mário Fracalossi**, e  
476 perguntou como estava o Programa Pró Catador, se ainda estava em licitação, tendo-lhe  
477 sido informado pelo Sr. **Mário Fracalossi** que houve um imbróglio na PGE, na Comissão  
478 de Licitações, porque o prazo de execução Pró-catadores era um convênio que a Secretaria  
479 das Cidades tinha com o Senai, para apoiar 92 municípios, contudo, a Comissão de  
480 Licitação do Estado teve um entendimento de que o contrato não poderia ter mais de 1 ano.  
481 Acrescentou, por fim, que a licitação deveria dar-se ainda em 2014, mas que se estenderia  
482 pelo ano de 2015. O coordenador do Comitê de Saneamento, após informar que não havia  
483 encaminhamentos a fazer, agradeceu a todos e encerrou sua participação. Em seguida, foi a  
484 vez do Comitê de Planejamento Urbano, tendo a sua coordenadora, a Sra. **Carolina**  
485 **Rocha, Coordenadora de Desenvolvimento Urbano e Territorial (Secretaria das**  
486 **Cidades)**, que esclareceu ter aquele comitê feito um Plano de Ação, ficando seus membros  
487 responsáveis por provocar a Secretaria das Cidades, no sentido de propor a revisão de  
488 Planos Diretores Municipais, de questionar sobre a elaboração de Política Estadual e  
489 Desenvolvimento Regional e de provocar discussões que fossem de âmbito metropolitano,  
490 não tendo havido, contudo, a pretensa provocação para a Cidades, relativamente aos temas.  
491 Dando sequência à reunião, o Sr. **Mário Fracalossi** esclareceu que, de certa forma, as  
492 colocações da Sra. **Carolina**, estariam contempladas pelas Resoluções que tratavam as  
493 extinções dos Fundos, frutos do encaminhamento consensuado naquela reunião, pela parte  
494 da manhã. Tratava-se de duas Resoluções Administrativas do Conselho que seriam exibidas  
495 na tela para avaliação dos textos propostos, por parte dos conselheiros, com vistas a sua  
496 aprovação. Em seguida, o Sr. **Mário Fracalossi** fez a leitura da primeira resolução, a seguir  
497 transcrita: "Resolução Administrativa de nº 2, de 18 de agosto de 2014, mantém o Fundo de  
498 Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza - FDM. O Conselho Estadual das  
499 Cidades - Ceará ConCidades-CE, no uso das suas atribuições, estabelecidas pela Lei  
500 nº14.558, de 21 de dezembro de 2009, e, considerando a necessidade de debater as regiões



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

501 metropolitanas; considerando a necessidade de dinamizar o funcionamento das regiões  
502 metropolitanas; considerando a necessidade de se elaborar um Plano de Desenvolvimento  
503 Metropolitana para fortalecer o Conselho Metropolitanano; considerando a necessidade de se  
504 formar uma Comissão para discutir propostas com Assembleia Legislativa sobre a questão  
505 metropolitana; considerando a dificuldade de reunir os gestores municipais para discutir o  
506 Fundo e sua gerência. Resolve: Manter o Fundo de Desenvolvimento da Região  
507 Metropolitana de Fortaleza-FDM e como unidade orçamentária da Secretaria das Cidades.  
508 **Artigo 2º:** Criar uma Comissão para discutir propostas sobre a Região Metropolitana de  
509 Fortaleza com a Assembleia Legislativa do Estado. **Artigo 3º:** Discutir com os gestores dos  
510 municípios da região metropolitana. **Artigo 4º:** Estabelecer o prazo de tantos meses para  
511 reavaliação do FDM e seu funcionamento. **Artigo 5º:** Esta resolução entra em vigor na data  
512 de sua publicação - Carlo Ferrentini Sampaio, Secretário das Cidades e Presidente do  
513 Conselho.” Colocado o texto em discussão e após as manifestações e contribuições dos  
514 presentes, a Resolução Administrativa nº 2, de 18 de agosto de 2014, foi aprovada por  
515 unanimidade, com o seguinte teor: “*Mantém o Fundo de Desenvolvimento da Região*  
516 *Metropolitana de Fortaleza – FDM. O CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO*  
517 *CEARÁ – CONCIDADES/CE, no uso das atribuições estabelecidas pela Lei Nº 14.558, de 21*  
518 *de dezembro de 2009, e, considerando a necessidade de debater as Regiões Metropolitanas;*  
519 *considerando a necessidade de dinamizar o funcionamento das regiões metropolitanas;*  
520 *considerando a necessidade de se elaborar um Plano de Desenvolvimento Metropolitanano para*  
521 *fortalecer o Conselho Metropolitanano; considerando a necessidade de se formar uma Comissão*  
522 *para discutir proposta com a Assembleia Legislativa, sobre a questão metropolitana;*  
523 *considerando a dificuldade de reunir os gestores municipais para discutir o fundo e sua gerência,*  
524 *resolve: Art. 1º – Manter o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza –*  
525 *FDM; Art. 2º – Designar o Comitê de Planejamento e Desenvolvimento Urbano,*  
526 *Territorial e Integração Regional para discutir proposta sobre a Região Metropolitana de*  
527 *Fortaleza; Art. 3º – Estabelecer o prazo de até 120 dias para reavaliação do FDM e seu*  
528 *funcionamento. Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlo*  
529 *Ferrentini Sampaio, Secretário das Cidades, Presidente do Conselho Estadual das Cidades.*  
530 Por fim, passou-se à Resolução Administrativa nº 3, de 18 de agosto de 2014, tendo o Sr.  
531 **Mário Fracalossi**, de início, ressaltado que por ter a de nº 3 o mesmo objeto da de número  
532 2, lhe seria dada a mesma redação e o mesmo prazo, inclusive, e que uma se diferenciaria da  
533 outra apenas em relação à região, que no caso da de nº 3 era a Região Metropolitana do  
534 Cariri. Foi colocada, então, em votação, a proposta de a Resolução Administrativa nº 3,  
535 que trata da Região Metropolitana do Cariri, ter a mesma redação da Resolução  
536 Administrativa nº 2, que trata da Região Metropolitana de Fortaleza, a qual foi aprovada  
537 por unanimidade. Concluída a votação, o Sr. **Francisco Lopes (Secretário Executivo do**  
538 **ConCidades)** comunicou aos conselheiros presentes as regras da Escola de Gestão Pública  
539 para aqueles que iriam participar do curso que ali teria lugar nos dias subsequentes. Em  
540 seguida, apresentou à apreciação e aprovação dos presentes, as propostas de alteração das  
541 datas das duas últimas reuniões do ConCidades, previstas para 2014, ou seja, a antecipação  
542 da reunião do dia 27 de outubro, para o dia 20 de outubro de 2014, de forma a propiciar a



## Governo do Estado do Ceará

*Secretaria das Cidades*

543 realização de mais uma capacitação para os conselheiros, nos dias 21, 22 e 23; e a  
544 antecipação da última reunião do ano, do ConCidades, do dia 15 de dezembro, para o dia  
545 13 de novembro de 2014, para contemplar o Seminário da Mobilidade. Na sequência, a  
546 palavra retornou ao Sr. **Mário Fracalossi (Secretário Adjunto das Cidades e Vice**  
547 **Presidente do ConCidades)**, que colocou as duas propostas em regime de votação, tendo  
548 sido, ambas, aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar e após agradecer a  
549 presença de todos e todas, foi dada por encerrada a presente reunião.



**Mário Fracalossi Júnior**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice-Presidente do ConCidades